



MANIFESTO CAUSA GALIZA

No debate social e político, quando se fala dos direitos a que podemos e devemos aspirar, som centrais ideias e conceitos como soberania, livre poder de decisom, direito de autodeterminaçom, independência, etc. Palavras que adquirem mais sentido no actual contexto de reforma institucional do Estado espanhol e no cenário europeu, onde a reivindicaçom da liberdade dos povos tem plena actualidade, como se comprova na Escócia, Montenegro, Catalunha, Irlanda, País Basco, Córsega, etc. É preciso, portanto, falar da Galiza como dumha naçom com todos os seus atributos, do Ortegal ao Minho e de Fisterra ao Berzo, confrontando-nos com a maré uniformizadora espanhola e da globalizaçom capitalista.

Mas hoje, assistimos a um processo pactuado de reforma estatutária ensaiada polos principais partidos políticos, que tem como finalidade blindar para o futuro a estabilidade institucional e territorial espanhola em torno de um consenso entre as forças políticas constitucionalistas. Isto contrasta com os 27 anos de história como 'comunidade autónoma' em que as problemáticas que afectavam o nosso povo nom fôrom resolvidas. Muito polo contrário, na maioria dos casos tenhem-se agravado. Durante essa etapa foi liquidada grande parte da estrutura produtiva nacional, aumentando o desemprego, a precariedade laboral, a emigraçom, a pobreza e a exclusom social; atingimos as taxas mais elevadas de sinistralidade laboral, recebendo os mais baixos salários e prestaçom sociais; suportamos um permanente desastre demográfico; padecemos alarmantes quotas de poluiçom, especulaçom urbanística e desfeita ambiental, e a língua e a cultura nacional esmorecem pola pressom espanholizadora. A Autonomia demonstrou ser umha ferramenta jurídico-política incapaz de solucionar as principais consequências derivadas da nossa condiçom de naçom subalterna privada de soberania. A listagem de problemas que som irresolúveis no quadro constitucional é bem longa. Umha administraçom autonómica de minguada capacidade nom pode enfrentar essa realidade e resolver os problemas de trabalho, ordenaçom territorial e administrativa, sistema educativo e sócio-sanitário, políticas industriais, agrárias e pesqueiras, energia, língua, cultura e desporto, ambiente, transporte e comunicaçom, relaçom internacionais, etc.

Porém, o poder institucional e as forças autonomistas tentarám abordar umha reforma estatutária que mantenha a Galiza amarrada e sem direitos. Sem direito a decidir sobre o seu modelo socioeconómico, sobre o quadro jurídico-político que melhor responda aos interesses da maioria, ou sobre as medidas necessárias para garantir a plena normalizaçom social do idioma; sem direito a gerir os recursos naturais atendendo às suas próprias necessidades e nom às do exterior... Em definitivo, sem dispormos de poder de decisom para contornar a condenaçom ao deterioro social e ambiental prolongado e à desapareçom final como naçom. Neste sentido, o reconhecimento do direito de autodeterminaçom é umha garantia fundamental dum futuro de liberdade e justiça social, porque sem autodeterminaçom nom pode haver democracia.

É com base nesta realidade que umha série ainda aberta de pessoas, colectivos e entidades sociais e organizaçom e forças políticas galegas decidimos nos últimos meses iniciar umha nova caminhada conjunta que sirva para dar coerência e unidade às reivindicaçom existentes no seio do nosso povo, e que nom estám representadas nos consensos da oficialidade, nem na só aparente diversidade de ofertas políticas da precária democracia em que vivemos.

A necessidade de que as ánsias desse amplo sector do povo galego que nom renuncia ao exercicio dos direitos nacionais da Galiza, tenham voz e se podam difundir as ideias e propostas soberanistas, deu lugar a um debate cujo fruto concreto é Causa Galiza: umha entidade social ampla e de esquerda, aglutinada em torno da necessidade de defendermos o exercicio do direito de autodeterminaçom pola parte do nosso povo.

Por isso, enfrentaremos a tentativa de dar continuidade à fracassada via autonómica, exigindo que qualquer mudançom do actual Estatuto passe pola abertura de um processo de autodeterminaçom em que o povo poda decidir sobre esses e outros aspectos fundamentais para o desenvolvimento da Galiza.

Conscientes da nossa responsabilidade neste momento histórico, defenderemos a nossa firme aposta nestes princípios e a máxima flexibilidade na açom, para ganharmos mais galegos e galegas para a causa da libertaçom nacional e social. **A causa da Galiza.**